

Gênero, geração e desvio: alguns apontamentos metodológicos na análise do comportamento desviante na igreja Assembleia de Deus Missionária

Noélia Nunes da Silva¹

Doutoranda em Ciências Sociais - PPGCS / UFCG

Resumo

Este artigo pretende discutir acerca dos desafios metodológicos na análise do “desvio” na igreja Assembleia de Deus (Missão) em Maceió / Al, fenômeno este considerado aqui como relacional e histórico. Através disso, mostraremos que os recortes de gênero e geracional são indispensáveis para a análise do fenômeno, que é manifesto, especialmente por mulheres e jovens, que cada vez mais têm aderido a um tipo de pertencimento mais autônomo a instituição.

Palavras-chave: Desvio; Ordem simbólica.

Abstract

This article intends to discuss the methodological challenges in the analysis of the "deviation" in the church of Assembleia de Deus (Mission) in Maceió / Al, a phenomenon considered here as relational and historical. Linked to this, we will show that the gender and generational cuts are indispensable for the analysis of the phenomenon, which is manifest, especially by women and young people, who have increasingly joined a more autonomous type of belonging to the institution.

Keywords: Detour; Symbolic Order.

¹ Doutoranda em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Campina Grande – UFCG. Mestre em Sociologia pela Universidade Federal de Alagoas - UFAL. Licenciada em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Alagoas - UFAL.
E-mail: noelia-w@hotmail.com

1. Ponderações iniciais sobre a problemática do “desvio” na igreja Assembleia de Deus (ministério missão)

Na definição de Becker (2008), o desvio é uma situação possível a partir da produção de normas por um grupo que atribui a elas uma condição de legitimidade, e neste sentido, afastar-se dessas normas caracterizaria uma condição de infração ou como preferimos, de “desvio”.

Na análise deste fenômeno, presente no interior da igreja Assembleia de Deus em Maceió / Al, logo salta aos olhos as tensões atuais entre gerações; enxergamos sem muito esforço um profundo descontentamento dos membros antigos acerca de como as juventudes têm trajado-se dentro e fora da igreja; utilizando maquiagens, roupas justas, decotadas e curtas, calça comprida, etc., porém, na análise de comportamentos considerados como “não-exemplares”, impera que o pesquisador considere algumas questões.

A primeira coisa a se considerar na discussão de rupturas² e continuidades de uma ordem simbólica, isto é, de itens classificados como puros ou impuros à ordem assembleiana é a desnaturalização do desvio na referida igreja como sendo um fenômeno atual, pois é concebido a partir da produção de normas e da relacionalidade com que se dinamizam as relações sociais durante o curso histórico.

Utilizando-nos da abordagem de Birman (2006), uma prática considerada profana, em um determinado momento sofrerá uma espécie de “conversão” ou “santificação” e essa mutação nos exige atenção no sentido de identificar como ocorrem os processos de modificação e em que medida essas alterações impactam o regimento formal da igreja, como também alteram as percepções dos membros frente à ortodoxia.

A partir das narrativas de membros mais velhos em entrevista e testemunhos presenciados durante alguns cultos, pudemos perceber que essa condição é histórica, e desse modo, sempre esteve presente no curso das gerações de assembleianos. Rejeitar as evidências recuperadas seria cair em um erro metodológico no tratamento da definição do que seria um ato “desviante” na igreja Assembleia de Deus e em quais condições ocorre.

Por outro lado, se faz necessário observar que além da relacionalidade histórica, há desdobramentos do desvio na década atual, e desse modo, se faz necessário relativizar as

² Colocamos aqui a dificuldade com que se depara o pesquisador na investigação do que seja, efetivamente, uma ruptura, já que em alguns casos, o que ocorre é muito mais uma reconfiguração de uma prática, vista igualmente como tradicional por quem a materializa. Para isto, é preciso que o profissional esteja atento aos sentidos e significados que os agentes dispensam a ela.

condições de sua ocorrência. Ignorar as nuances do curso histórico e também do presente, seria reduzi-lo a apenas a uma condição de infração de normas formais e informais, quando a investigação tem mostrado que a condição desviante é muito mais complexa do que, a princípio supomos. Nesse sentido, a definição de Becker nos ajuda apenas até certo ponto.

Pintando a paisagem social onde ocorrem as situações de transgressão das normas, chegaremos a conclusão de que, além de o desvio não ser um produto atual, começamos a enxergar também que o mesmo não é um fenômeno produzido apenas pelas juventudes, e a partir dessa constatação torna-se necessário os estabelecimentos de categorias que contemplem a variedade das situações em que um desvio ocorre, necessárias para identificar se a ordem simbólica foi ou não violada.

Ora, se para uma jovem, utilizar uma pulseira e esmalte de unhas não significa estar desviada da ordem simbólica a que pertence, julgando que sua experiência de fé está em acordo com sua divindade, a mesma divindade dos membros mais velhos, como definir o que é desvio dentro da igreja Assembleia de Deus?

Por outro lado, quando os membros, mesmo os mais velhos, homens e mulheres decidem assistir programações na televisão censuradas pela igreja, ou ainda, quando as mulheres submetem seus cabelos a processos de alisamento não estão rompendo com a ordem, distanciando-se de uma situação de originalidade e naturalidade dos cabelos? O padrão de uso do cabelo liso não foi construído, mesmo em desacordo com a regra “divina” de originalidade que a própria igreja defende?

Esses são apenas alguns dos questionamentos que nos fazem repensar a adequabilidade do termo desvio em algumas situações. O que não podemos esquecer é que, para tratar do fenômeno, é preciso considerar a dimensão da crença e como ela se desdobra na dimensão da experiência dos diversos perfis assembleianos, considerando a existência de diversas figurações, (ELIAS, 1994), ordenamento simbólico, (DOUGLAS, 2010) ou sistema de classificação ou representação social, (WEISS, 2003).

Enxergar que a dimensão da crença (plano subjetivo) e também que a experiência (plano material) devem ser considerados, frente ao regimento interno da igreja onde constam normas formais, e frente ainda às normas informais produzidas, nos conduz a um caminho mais plausível no entendimento do que seria, efetivamente, uma “prática desviante”, tendo em vista que a experiência assembleiana não se reduz a obediência dessa dualidade imposta, mas, como já vimos, esbanja complexidade.

Um ponto importante a destacar na experiência prática dos sujeitos assembleianos são alguns marcadores como sexo, escolaridade, renda, tamanho e tipo de congregação em que o membro está agregado (periférica ou central / sede ou sub congregação). Durante o curso da pesquisa que realizamos, esses marcadores nos pareceram influenciar no que diz respeito a uma posição mais “conservadora” ou mais “progressista” dos membros.

Por enquanto, o problema do desvio ainda se encontra para nós, nebuloso, mas, admitir que esse fenômeno é histórico e também produto de ambas as gerações (juventudes e velhos) parece fornecer um avanço na continuidade da investigação a que temos nos debruçado.

2. As práticas desviantes: Apontamentos metodológicos, recortes geracional e de gênero e a negociação com a ortodoxia

Durante os primeiros esforços de investigação sobre o tema do desvio, nossas percepções, ainda prematuras nos impediram de enxergar que as ações desviantes não possuíam autoria privilegiada das juventudes. A força do embate geracional, levou-nos a considerar uma certa rigidez de comportamentos entre membros jovens e velhos, que na verdade, indicavam muito mais as diferenças de concepções do que sobre a ocorrência do fenômeno.

Hávamos percebido uma regularidade de posturas mais conservadoras ou mesmo, próximas da *figuração* assembleiana em membros cuja faixa-etária estava em torno dos 40, e apesar disso, já apontávamos para a presença das práticas desviantes para além dos jovens, mais precisamente em mulheres casadas até esta idade, mas em razão da maneira menos emponderada em relação aos jovens com que isso se estabelecia, não havíamos dado a atenção à incidência do fenômeno de modo situacional a partir de um recorte de gênero, o que implicou em chegarmos em conclusões bastante rígidas e polarizadas.

A partir da pesquisa já realizada, ficou bastante visível que as juventudes têm vez e voz dentro da igreja, e que pelas características de vitalidade e atratividade frente aos líderes, que também dependem delas para a afirmação da igreja no espaço público e também para a conversão de “almas”, conseguem tornar a cultura mais plástica em relação aos usos e costumes, porém, o que nos interessa aqui é apontar o mecanismo comum entre as juventudes e as mulheres que torna possível a materialização do desvio na cultura assembleiana. Trata-se da negociação.

Na tentativa de manter o vínculo institucional, mas obter certa margem de autonomia em relação aos usos e costumes da igreja, isto é, em relação aos trajes ou formas de apresentação estético-corporais frente aos membros e também no espaço público, tem feito com que, principalmente, jovens e mulheres mobilizem estratégias simultâneas de aproximação e distanciamento da ordem simbólica assembleiana.

Os atores simulam uma espécie de “pertencimento desvinculado”³, como classificamos, que ao mesmo tempo em que valorizam a ideia de tradição (continuidade), afastam-se dela (ruptura), na tentativa de vivência de uma experiência de fé, em certa medida, dissociada da esfera institucional. Neste sentido, essa experiência teria um tom mais sensorial, o que expressa um retorno ao objetivo principal com que a igreja foi fundada.

Baseando-nos em pesquisa anterior, refletimos aqui que o mecanismo de negociação estaria interligando as continuidades e rupturas com a tradição, como um posicionamento racional, no sentido weberiano, na medida em que há uma reflexão e (re)interpretação da leitura assembleiana do conteúdo biblísta pelos agentes que, por sua vez, dão sentido e forma às suas ações frente às imposições que remetem à tradição.

Nesta perspectiva, a negociação pelos agentes, seria uma das expressões com que a racionalidade engendraria as religiosidades no presente, manifestando-se (as negociações) de modo situacional na cultura assembleiana, ou seja, de diferentes formas, considerando a socialização ocorrida em outros espaços fora da igreja, que muitas vezes entram em choque com ela, e que contribuem, igualmente, para a formação de identidades.

No caso das mulheres assembleianas casadas, queremos destacar que a margem de negociação depende, em grande medida, do nível de abertura dos cônjuges. Nesse sentido, há uma preocupação por parte dessas mulheres com a aprovação dos mesmos e com os conflitos e perdas que podem ocorrer mediante a busca de maior autonomia para seus usos em relação à igreja, e conseqüentemente, aos seus companheiros, uma vez que as esferas familiar e religiosa se encontram bastante intrincadas, (MARINHO, 2017).

Entre mulheres e jovens, os níveis de negociação podem variar de acordo com a escolaridade, congregação de vínculo, ou mesmo de acordo com o nível de abertura familiar, já que esta, em muitos casos, comporta-se como uma extensão da igreja.

De modo prático e objetivo, a negociação se expressa a partir de estratégias que buscam a incorporação de elementos considerados “mundanos” no rol de usos, porém dando a

³ Ver Marinho (2017)

eles um formato mais discreto. É o caso de jovens e mulheres quando utilizam maquiagens em tons mais claros no momento dos cultos e calça comprida fora do espaço religioso sob a justificativa de atividades laborais e estudantis, por exemplo.

Outros itens, como é o caso de pulseiras, normalmente são utilizadas junto ao relógio, na tentativa de usufruir do uso, e, ao mesmo tempo manter uma margem de discricão. No caso dos garotos, observamos a utilização de cortes de cabelo que fogem à formalidade, ao padrão costumeiramente utilizado na igreja. Essas são apenas algumas das práticas.

Por fim, não objetivamos defender que a negociação é o único mecanismo que torna possível a experiência mais autônoma para os assembleianos, ao contrário, encontramos situações em que alguns membros jovens e mulheres driblam a tradição sem mobilizar esforços de negociação, porém também até certa medida.

Por fim, consideramos que o caminho para o entendimento do fenômeno do desvio na igreja Assembleiana de Deus é bastante vasto e impera por um tratamento bastante minucioso no que se refere à apreensão das categorias muito sutis, cobertas, ao que parece, por muitas camadas. Diante disso, nos cabe o desafio de extraí-las.

3. Considerações finais

Com este trabalho, mostramos que a condição desviante na igreja Assembleia de Deus não é um produto contemporâneo e resultado apenas de um embate geracional, mas sendo um fenômeno histórico, está presente nas gerações de diferentes modos.

Mostramos ainda que a condição de gênero é tão indispensável quanto o recorte geracional na discussão, já que a coerção costuma ser dispensada em maior medida sobre as mulheres, fazendo-as, em muitos casos, aderir a estratégias de negociação do pertencimento, a fim de preservar em certa medida, a dimensão individual.

Referências Bibliográficas

BECKER, Howard S. 2008 [1963]. **Outsiders**. Estudos de sociologia do desvio. Rio de Janeiro: Zahar. 232pp.

BIRMAN, Patrícia. O Espírito Santo, a mídia e o território dos crentes. **Ciências sociais e Religião/Ciencias Sociales y Religión**. V. 8, p. 41-62, 2006.

DOUGLAS, M. **Pureza e perigo**. São Paulo: Perspectiva, 2010.

ELIAS, Norbert. **A sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1994.

MARINHO, Noélia Nunes. A experiência de ser jovem e mulher em uma igreja tradicional protestante. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal de Alagoas, 2017.

WEBER, Max. Os três tipos puros de dominação legítima. In: COHN, G. (org.). Coleção Grandes Cientistas Sociais - Weber. São Paulo, Editora Ática, 2004.

WEISS, Raquel. Durkheim e as formas elementares da vida religiosa. **Debates do NER**, N. 22, p. 95-119, 2012.